

Bancos rejeitam empréstimo-ponte

GAZETA MERCANTIL

19 OUT 1987

por Paulo Sotero
de Washington

Em busca de uma solução para o problema da dívida "que não afete a posição de reservas do Brasil", o assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, comunicou ao comitê de bancos credores do País, na sexta-feira passada, a disposição do governo de chegar rapidamente a um acordo que permitisse aos bancos limpar seus livros até o fim do ano e transformar em lucros os prejuízos que passaram a contabilizar desde que colocaram sua carteira de empréstimos para o Brasil em regime de caixa, três meses depois da decretação da moratória.

Os credores rechaçaram a idéia e manifestaram sua recusa a participar de um empréstimo-ponte para o Brasil, que seria necessário para viabilizar o acordo proposto por Bresser. Eles insistiram em que o País pague uma parte dos juros em atraso desde a decretação da moratória, em fevereiro passado, como primeiro passo de qualquer

negociação. O pagamento pedido pelos bancos é da ordem de US\$ 1,2 bilhão, disse uma fonte bem informada.

Sem chegar a descartar inteiramente essa possibilidade, e indicando que um pagamento de juros pode ser aceitável, caso, em troca, o Brasil consiga um bom acordo, "que não nos coloque na posição de ter que voltar à moratória dentro de alguns meses", Bracher procurou levar a discussão para outra direção, afirmando que pagamento por pagamento o País não tem a intenção de fazer, até porque não tem dinheiro para tanto.

Diante da insistência dos representantes dos credores, que efetuaram suas exigências repetidas vezes, nas seções matutina e vespertina da reunião, o ex-presidente do Banco Central disse-lhes que consultaria Brasília sobre o pagamento de juros e ficou de lhes dar uma resposta nesta segunda-feira, quando retomarão as conversas.

Como se poderia prever, na primeira reunião da nova rodada de negociações,

iniciada na última sexta-feira, em Nova York, os dois lados apresentaram suas posições externas, com o governo brasileiro procurando, por um lado, um acordo que desafogue as contas externas do País, e os bancos tentando retirar um "down payment", que possibilite um acordo provisório.

Segundo fontes financeiras, a negativa de Bracher ao pedido de pagamento de juros surpreendeu os banqueiros. Baseados em afirmações recentes do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e de outros altos funcionários do governo, sobre a disposição do Brasil de efetuar "um pagamento simbólico", sob certas condições, os credores tinham-se preparado para negociar as reivindicações que o governo brasileiro apresentaria em troca de tal pagamento.

Em vez disso, o que ouviaram do representante brasileiro foi uma reafirmação da proposta que lhes foi apresentada no fim de setembro.

(Continua na página 20)

Bancos rejeitam...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

Bracher convidou os credores a, no prazo de um mês, chegarem a um acordo com o Brasil sobre o reescalonamento de US\$ 10,4 bilhões de juros de 1987, 1988 e 1989, pedida anteriormente.

A partir desse acordo, acrescentou ele, se gastaria mais um mês para vendê-lo à comunidade de bancos. Como demoraria vários meses para obter as adesões, Bracher sugeriu, então, que os bancos fizessem um empréstimo-ponte ao Brasil, num montante que não especificou, cobrindo as necessidades de financiamento do País até a assinatura do acordo — que, pelo seus cálculos, poderia ocorrer em maio.

Dizendo-se disposto a permanecer em Nova York o tempo que for necessário para concluir um acordo, o representante do governo brasileiro afirmou, a seguir, que via três tipos de tema a serem tratados — “os fáceis, os complicados e os muitos difíceis” — e sugeriu aos bancos que os próximos dias fossem dedicados à discussão dos pro-

blemas fáceis, como a taxa de juros de referência que seria usada no acordo e os mecanismos de conversão da dívida em investimentos.

Os credores recusaram a sugestão, enfatizando que tanto eles quanto o Brasil têm um “dead-line” pela frente — a reclassificação ou não dos empréstimos dos bancos norte-americanos ao Brasil, que o Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), do governo dos EUA, deve decidir na próxima segunda-feira.

Procurando colocar o ônus da reclassificação nos ombros do governo brasileiro, os banqueiros disseram que somente um pagamento de juros evitará uma decisão do ICERC nesse sentido. Por isso, não há razão para se entrar numa negociação antes de resolver essa questão. Procurando reforçar esse ponto, os representantes do Lloyds Bank e do Bank of Tokyo disseram que se o ICERC rebaixar o crédito brasileiro para “value impaired” as autoridades bancárias de seus países seguirão o exemplo. O processo de avaliação da qualidade do portfólio dos ban-

cos, no Japão e na Inglaterra, é feito individualmente, instituição por instituição, e seria mais demorado do que o norte-americano.

Bracher repisou, contudo, a proposta que apresentara. “Mas de que empréstimo-ponte você está falando? A ponte iria de onde para onde?”, perguntou, a certa altura, o presidente do comitê, William R. Rhodes, do Citicorp.

“A ponte seria a usual. Ela iria de vocês para vocês mesmos”, respondeu Bracher.

Referindo-se à proposta brasileira, Rhodes afirmou que os bancos não pretendem comprometer-se com um cronograma para chegar a um acordo com o Brasil antes que o País tenha cronogramas semelhantes estabelecidos com o Banco Mundial, com o FMI e com os demais credores oficiais, pois não pretendem emprestar dinheiro ao governo para que ele salde suas obrigações com esses credores. Sobre o empréstimo-ponte, Rhodes afirmou que uma operação

desse tipo teria de envolver também os bancos centrais dos países industrializados, o FMI e o próprio país devedor.

Bracher não quis especificar de quanto seria o empréstimo-ponte, afirmando que isso ficaria aberto a negociações. Fontes dos dois lados disseram a este jornal que, a julgar pela reunião de sexta-feira, a atual rodada de negociações deverá ser lenta, difícil e poderá acabar num exercício para ver quem teme mais a reclassificação do crédito brasileiro e, por isso, piscará primeiro. “Isso pode levar-nos até a véspera da reunião do ICERC”, disse um banqueiro. “Talvez demore mais”, emendou uma fonte oficial brasileira, procurando devolver a bola aos bancos.

Ao contrário do que se noticiara anteriormente, o presidente do Banco Central, Fernando Millet, não deve juntar-se à delegação brasileira que negocia com os bancos, no início desta semana.